

Concurso público nr. 561/25_SD
Programa de Procedimento

I - Disposições Gerais

Artigo 1.º

Identificação do Concurso e da entidade adjudicante

1. O presente programa regula o procedimento de contratação da **“Mobiliário e quadros interativos para salas de formação - PRR”**.
2. A presente contratação é promovida pelo Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil – Modatex, que se assume como entidade adjudicante.
3. A entidade adjudicante tem sede na R. Prof. Augusto Nobre, 483, 4150-119 no Porto, com o telefone n.º 226152500, e com o endereço eletrónico geral@modatex.pt.
4. O serviço responsável pelo procedimento é o Departamento de Aprovisionamentos e Gestão Patrimonial

Artigo 2.º

Decisão de contratar

A decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36º. Do Código dos Contratos Públicos, foi tomada por deliberação do Conselho de Administração, em reunião ocorrida em 02/06/2025 e exarada na informação INF_N_165_2025/SD-UG.

Artigo 3.º

Tipo de Procedimento

1. A contratação é procedida pelo presente procedimento de concurso público, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16º e 131º. Do Código dos Contratos Públicos.
2. O procedimento de concurso público com publicação no JOUE foi escolhido ao abrigo do critério de valor, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º. Do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 4.º

Objeto do Concurso

1. O presente concurso tem por objeto a escolha dos cocontratantes da entidade adjudicante para a formação de contrato (s) para aquisição de mobiliário e quadros interativos para salas de formação - PRR autónomos (por lotes), nos termos do disposto n.º n.º1 do artigo 46º.-A do Código dos Contratos Públicos, que se identificam:
 - a) Lote 1 – Aquisição de armários
 - b) Lote 2 – Aquisição de cacifos
 - c) Lote 3 – Aquisição de cadeiras e mesas de estirador

- d) Lote 4 – Aquisição de mesas de luz
 - e) Lote 5 – Aquisição de mesas e cadeiras
 - f) Lote 6 – Aquisição de quadros interativos
2. Os concorrentes poderão apresentar proposta a apenas um lote ou a todos os lotes, mas são obrigados a apresentar proposta para a totalidade dos equipamentos, de cada lote, sob pena de exclusão.
 3. Todos os lotes poderão ser adjudicados a um mesmo concorrente, não havendo, para efeitos do presente procedimento, qualquer limitação quanto ao número máximo de lotes que podem ser adjudicados a cada concorrente.
 4. A cada um dos lotes identificado no número anterior corresponderá um contrato de aquisição de bens.

II - Concorrentes

Artigo 5.º

Idoneidade dos Concorrentes

1. Podem apresentar propostas todas as empresas legalmente constituídas que cumpram com o disposto na legislação em vigor referente à atividade de prestação de serviços de seguros, que estejam autorizadas a explorar os ramos e modalidades de seguro objeto do presente concurso e não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º. Do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 6.º

Modalidade Jurídica de associação de empresas

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de sujeitos jurídicos, ainda que entre os mesmos não exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que subscrevam e apresentem ao concurso declaração de intenção de associação jurídica, em conformidade com o modelo constante do Anexo Modelo de Declaração de intenção de Associação Jurídica ao presente programa de procedimento.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta que apresentarem.

Artigo 7.º

Associação em caso de adjudicação

1. No caso de adjudicação, as empresas do agrupamento associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo, conforme a opção do adjudicatário, mas sempre em regime de responsabilidade social passiva.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá consagrar diretamente no título contratual a responsabilidade solidária passiva das várias entidades que integram o adjudicatário quando, para

efeitos do disposto no número anterior, a modalidade de associação escolhida não implique a criação de uma entidade com personalidade jurídica.

III - Elaboração de Propostas

Artigo 8.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O programa de procedimento e o caderno de encargos, bem como os demais documentos que integram o presente procedimento estão patentes na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, disponibilizada pela ACIN Group, com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento bem como apresentar a proposta.

Artigo 9.º

Esclarecimentos, erros e omissões das peças procedimentais

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do procedimento, através da Plataforma Eletrónica de Contratação acinGov, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas.
2. No prazo referido no número anterior, devem ainda os interessados apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por si detetados.
3. O incumprimento dos deveres previstos nos números anteriores tem as consequências previstas n.º. 3 do artigo 378.º. Do CCP.
4. Até ao termo do segundo termo do prazo fixado para apresentação da proposta, o júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados pelos interessados e o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se sobre os erros e omissões por estes identificados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o órgão competente para a decisão de contratar no mesmo prazo previsto no n.º. 4, proceder oficiosamente à retificação de erros e omissões das peças de procedimento, assim como prestar quaisquer esclarecimentos.
6. Os esclarecimentos, retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças de procedimentos que se encontrarem patentes para consulta, sendo todos interessados que as tenham obtido imediatamente notificados desse facto.
7. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças de procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 10.º**Preço base**

1.O preço base dos bens objeto do presente procedimento é de **214.000€** (duzentos e quatorze mil euros), ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se propõe a pagar pelos bens que constituem objeto dos contratos a celebrar.

2.Para a formação dos seis contratos autónomos (lotes), nos termos do disposto nº. 1 do artigo 46º-A do Código dos Contratos Públicos, são definidos os preços para cada um dos lotes, significando aqueles os preços máximos que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todos os serviços que constituem o objeto de cada um dos contratos a celebrar.

3.Constituem parâmetros base, para efeitos do disposto no nº. 4 do artigo 42º. Do Código dos Contratos Públicos:

Lote 1 – Aquisição de armários – 21.000€ (vinte e um mil euros)

Lote 2 – Aquisição de cacifos – 25.000€ (vinte e cinco mil euros)

Lote 3 – Aquisição de cadeiras e mesas de estirador – 115.000€ (cento e quinze mil euros)

Lote 4 – Aquisição de mesas de luz – 6.000€ (seis mil euros)

Lote 5 – Aquisição de mesas e cadeiras – 10.000€ (dez mil euros)

Lote 6 – Aquisição de quadros interativos – 37.000€ (trinta e sete mil euros)

4.A violação dos parâmetros base implica a consequência prevista na alínea b) do nº. 2 do artigo 70º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 11.º**Documentos que constituem a proposta**

1.Em conformidade com o artigo 57º. Do Código dos Contratos Públicos, as propostas devem ser constituídas pelos seguintes elementos:

a)Documento Europeu Único de Contratação Pública;

b)Declaração de intenção de associação jurídica, no caso previsto no artigo 6º. Deste programa, conforme o modelo constante no Anexo _ Modelo de declaração de Intenção de Associação jurídica;

c)Declaração emitida de que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor de matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;

d)Certidão Permanente ou código de acesso à mesma referente à pessoa jurídica do concorrente no caso de pessoas coletivas, ou a todas elas, no caso de agrupamento de pessoas coletivas;

e)Documentos que, em função do objeto de contratar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de Encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;

f)Documentos que contenham os termos ou condições relativas a aspetos de execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, nomeadamente as condições gerais e especiais aplicáveis aos seguros a contratar;

g) Certidão de Registo Comercial, ou Procuração, ou instrumento de mandato, comprovativo dos poderes de quem assina os documentos da proposta;

h) Catálogos e outros elementos de informação técnica e/ou comercial, onde se evidencie de uma forma clara as características exigidas no ANEXO A do Caderno de Encargos.

2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente, por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º. 1.º. do artigo 57.º. Do Código dos Contratos Públicos.

3. Os documentos identificados nos números anteriores devem ser assinados pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar com recurso e assinatura eletrónica qualificada.

4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

Artigo 12.º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 13.º

Proposta variante

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, considerando-se como tal, nos termos do n.º. 1 do artigo 59.º. do Código dos Contratos Públicos, as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos de execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

IV - Apresentação das Propostas

Artigo 14.º

Prazo de apresentação da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta, indicados no n.º. 11 do presente programa de concurso, deverão ser entregues até às 23 horas do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio de concurso público internacional ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.

2. O prazo de apresentação da proposta poderá ser prorrogado nos termos do artigo 64.º. Do Código dos Contratos Públicos.

3. Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas, não renováveis.

Artigo 15.º

Modo de apresentação da proposta

- 1.Os documentos que constituem a proposta devem ser diretamente apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, nos termos do estipulado no artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, através do endereço www.acingov.pt
- 2.Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção da proposta e dos documentos que a acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica.
- 3.O concorrente, na apresentação da sua proposta, deverá assinar todos os documentos eletrónicos apresentados, com certificado de assinatura eletrónica qualificada.
- 4.No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a função e poder de assinatura, os concorrentes devem proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
- 5.A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos.
- 6.A assinatura de documentos agregados em PDF não dispensa a assinatura individual de cada um deles.

V - Análise e Avaliação das propostas

Artigo 16.º

Análise das propostas

1. As propostas são analisadas tendo em atenção o critério de adjudicação definido no artigo 18.º do presente Programa do Procedimento.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a. Que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, nos termos, respetivamente, do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
 - b. Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 10 a 12 do artigo 49.º do CCP;
 - c. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d. Que o preço contratual seria superior ao preço base, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70.º do CCP;
 - e. Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - f. A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.
3. No caso de concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação em que todas as propostas tenham sido excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse

público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do nº 2 e cujo preço não exceda em mais de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação.

4. A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea e) do número anterior, bem como a existência de indícios de práticas restritivas da concorrência, ainda que não tenham dado origem à exclusão da proposta, será imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência.

Artigo 17.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1.O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e avaliação das propostas.

2.Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde não contrariem os elementos dos documentos que as constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

3.Todos os concorrentes serão notificados da prestação de esclarecimentos.

Artigo 18.º

Suprimentos de irregularidades da proposta

1.O suprimento das irregularidades das propostas apenas terá lugar, nos termos do nº. 3 do artigo 72º do Código dos Contratos Públicos e mediante a verificação dos requisitos aplicáveis.

2.A falta de suprimentos da irregularidade é fundamento de exclusão da proposta nos termos do artigo 70º. nº. 2, al. f) e 146º nº. 2 al. o) do Código dos Contratos Públicos e constitui contraordenação grave nos termos do artigo 457º. al. e) do Código dos Contratos Públicos, pelo que será comunicada ao IMPIC, em cumprimento da obrigação prevista no artigo 461º. Nº.3 do mesmo código.

Artigo 19.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade “*Multifator*”, tendo em conta os seguintes fatores, por ordem decrescente de importância:

- a. Fator Preço (Pr), com uma ponderação de 80%;
- b. Fator Prazo de Entrega (Pe), com uma ponderação de 20%.

2. A pontuação final das propostas será calculada através da seguinte fórmula:

$$P = Pr \times 80\% + Pe \times 20\%$$

Em que:

P = Pontuação obtida.

Pr = Pontuação obtida no fator preço, de acordo com o n.º 4 do presente artigo.

Pe = Pontuação obtida no fator prazo de entrega, de acordo com o n.º 4 do presente artigo.

3. Será adjudicada à proposta que apresentar a maior pontuação.

4. A quantificação do mérito das propostas será realizada de forma linear e de acordo com a aplicação das seguintes fórmulas:

a. Fator Preço (Pr), com uma ponderação de 80%

O fator “**Preço**” é verificado pela comparação do preço base com o preço total apresentado pelo Concorrente, podendo variar de 0 a 10, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = 2 \times [(Pb - \text{Preço}) / Pb]$$

x10 para valores = ou > a 50% do preço base. Abaixo de 50% do preço base terá 10 pontos, em que:

P: Pontuação obtida

Pb – Preço base

nota:

- Se o preço for superior ao preço base apresentado será considerado fator de exclusão.
- O preço deve incluir seguros e transporte.

b. Fator Prazo de Entrega (Pe), com uma ponderação de 20%.

O fator “**Prazo de Entrega**”, é avaliado relativamente à data prevista como data de adjudicação, sendo atribuídas as seguintes pontuações:

- Prazo de Entrega ≤ 45 dias <i>(a contar da data de adjudicação)</i>	10
- Prazo de Entrega > 45 dias ≤ 90 dias <i>(a contar da data de adjudicação)</i>	4
- Prazo de Entrega > 90 dias <i>(a contar da data de adjudicação)</i>	0

nota:

- Se os prazos forem apresentados sob a forma de intervalo, será considerada a situação mais desfavorável.

1. Concluída a análise das propostas e após a operacionalização dos critérios de adjudicação, A Entidade Adjudicante graduá-las-á por ordem decrescente de mérito para efeitos de adjudicação.

2. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo Júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato publico.

3. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes. Numa urna serão bolas com os números respetivos, procedendo-se de seguida à sua extração.

4. A ordenação das propostas objeto de sorteio é efetuada de acordo com a ordem de extração.

5.A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados, com uma antecedência mínima de 3(dias).

Artigo 20.º

Atribuição dos bens

1.A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados, com uma antecedência mínima de 3(dias).

2.Os bens serão adjudicados ao concorrente em função da graduação das respetivas propostas.

Artigo 21.º

Preço anormalmente baixo

Não foi fixado preço anormalmente baixo.

Artigo 22.º

Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 23.º

Audiência prévia e adjudicação

1.A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia aos concorrentes.

2.Os concorrentes têm 5 (cinco) dias após a notificação do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas para se pronunciarem sobre o mesmo.

VI - Habilitação e Caução

Artigo 24.º

Requisitos de habilitação

1.Constitui requisito de habilitação do adjudicatário, sob pena de caducidade de adjudicação, a inexistência de qualquer impedimento, nos termos anunciados no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e o registo na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Artigo 25.º

Documentos de habilitação

1.O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito no artigo 86º. os seguintes documentos de habilitação:

a.Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos (a que se refere a alínea a) do nº. 1 do artigo 81º);

b.Documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra nas seguintes situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº. 1 do artigo 55º.do Código dos Contratos Públicos;

c.Documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, facultar à entidade adjudicante o respetivo código de acesso, em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5º. Do Regime Jurídico do Beneficiário Efetivo (RCBE);

d. Declaração emitida, conforme modelo constante do **ANEXO III** do presente Programa do Concurso, na qual o concorrente nomeia pessoa que, dentro da empresa será o interlocutor com o MODATEX (Gestor do Contrato);

2.Caso se verifique a hipótese prevista no artigo 6º deste Programa de Procedimento, os documentos de habilitação referidos no nº. 1 devem ser apresentados por todos os membros que constituem o agrupamento adjudicatário.

3.O prazo para apresentação dos documentos de habilitação, fixado no número anterior, pode ser prorrogado, por um período não superior a 5 (cinco) dias, por uma única vez, por solicitação expressa do Adjudicatário, dirigida ao órgão competente para a decisão de contratar.

4.Caso o Adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação, deve invocar e justificar, de forma imediata o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.

5.Fixa-se em 2 (dois) dias úteis, o prazo para efeitos do disposto na alínea g) do nº. 1 do artigo 132º. do Código dos Contratos Públicos.

6.Os documentos identificados nos números anteriores devem ser assinados pelo Adjudicatário ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor para o efeito.

7.Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o adjudicatário submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 26.º

Caução

Não é exigida a prestação de caução.

VII - Disposições Finais

Artigo 27.º

Comunicações

1.As comunicações feitas durante a fase de formação do contrato, entre a entidade adjudicante e os interessados devem ser escritas e efetuadas por meio da plataforma eletrónica.

2.As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário o concorrente público, efetuada após as 17h do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 9h do dia útil seguinte.

Artigo 28.º

Encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do Adjudicatário.

Artigo 29.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Programa de Procedimento, observar-se-á o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

VIII – Anexos

Modelo de Declaração de intenção de Associação Jurídica

...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (2)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

(...)

Entidades que integram o concorrente ao (3)..., tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento, declaram, sob compromisso de honra, que:

- 1.Caso lhes venha a ser adjudicado os serviços, objeto do concurso, se constituirão em agrupamento complementar de empresas ou celebrarão contrato de consórcio em regime de responsabilidade pessoal passiva;
- 2.Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no contrato de consórcio ou no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para eles emergentes do contrato;
- 3.Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;
- 4.Nenhuma das entidades que integram o concorrente poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição de mesmo merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

...(local),...data,... [assinatura(4)]

(1)Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2)Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(3)Identificação do Procedimento

(4)Nos termos do disposto nos n.º.4 e 5 do artigo 57º. Do CCP

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Local, data e assinatura (4)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos nº 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos nº 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

local ; data e assinatura (5)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos nºs. 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Declaração de nomeação do Gestor do Contrato por parte do Adjudicatário

LOTE _____

... (nome e número de documento de identificação), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que (nome do gestor do contrato), (morada), (contacto telefónico) e (endereço de e-mail) será o gestor do contrato por parte do concorrente, sendo este o contacto privilegiado e direto para resolução de quaisquer aspetos relacionados com o fornecimento objeto do presente procedimento.

[local, data e assinatura] (2)

(1) Identificação do concorrente

(2) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.